



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

Embargos de declaração no recurso de agravo nº 281392-5/01 – Comarca de Camutanga

Embargante: Município de Camutanga.

Embargado: SINDSEMC – Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Camutanga.

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. FIXAÇÃO VERBA HONORÁRIA. EQUIDADE. OBSERVÂNCIA DO ART. 20, § 3º, DO CPC. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO IMPROVIDO. 1. O *quantum* da verba honorária está, na maioria das vezes, indissociável do contexto fático-probatório, sendo possível, com base em juízos de equidade e razoabilidade, rever o valor de honorários fixados genericamente com base no art. 20, § 3º, do CPC. 2. Não obstante restar vencida a Fazenda Pública, caso em que a fixação dos honorários advocatícios não necessita observar os limites previstos em seu § 3º, o montante da verba honorária estipulado na origem não se afasta do princípio da razoabilidade, ou seja, não se distancia do juízo de equidade insculpido no comando legal inserto no art. 20, § 3º, do CPC. 3. Embargos de declaração improvido à unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos dos embargos de declaração no recurso de agravo nº 281392-5/01, acima referenciados, ACORDAM os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, em sessão desta data e à unanimidade, em negar-lhes provimento, nos termos da ementa supra, do voto e da resenha em anexo, que fazem parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 21 de 03 de 2013


Des. Ricardo Paes Barreto – Presidente e relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

Embargos de declaração no recurso de agravo nº 281392-5/01 – Comarca de Ferreiros

Embargante: Município de Camutanga.

Embargado: SINDSEMC – Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Camutanga.

RELATÓRIO

Trata – se de embargos de declaração diante do acórdão assim ementado:

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. FIXAÇÃO VERBA HONORÁRIA. EQUIDADE. OBSERVÂNCIA DO ART. 20, § 3º, DO CPC. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO IMPROVIDO. 1. O *quantum* da verba honorária está, na maioria das vezes, indissociável do contexto fático-probatório, sendo possível, com base em juízos de equidade e razoabilidade, rever o valor de honorários fixados genericamente com base no art. 20, § 3º, do CPC. 2. Não obstante restar vencida a Fazenda Pública, caso em que a fixação dos honorários advocatícios não necessita observar os limites previstos em seu § 3º, o montante da verba honorária estipulado na origem não se afasta do princípio da razoabilidade, ou seja, não se distancia do juízo de equidade insculpido no comando legal inserto no art. 20, § 3º, do CPC. 3. Embargos de declaração improvido à unanimidade.

Segundo o embargante, a decisão que se busca integrar merece reforma, sob pena de afronta ao contido no art. 20, § 4º, do CPC.

É o relatório.

Recife, 21 de 03 de 2013

Des. Ricardo Paes Barreto
Relator

35
8



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

Embargos de declaração no recurso de agravo nº 281392-5/01 – Comarca de Ferreiros

Embargante: Município de Camutanga.

Embargado: SINDSEMC – Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Camutanga.

VOTO

Nada a reformar no caso concreto, pois neste aspecto, a Corte Superior pacificou o entendimento de que, vencida a Fazenda Pública, a fixação dos honorários não está adstrita aos limites percentuais de 10% e 20%, podendo ser adotado como base de cálculo o valor dado à causa ou à condenação, nos termos do art. 20, § 4º, do CPC, ou mesmo um valor fixo, segundo o critério de equidade. Confira-se:

PROCESSUAL CIVIL. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. VALOR DA CAUSA, DA CONDENÇÃO OU DO VALOR FIXO. REGIME DOS RECURSOS REPETITIVOS (ART. 543-C). RESP PARADIGMA 1.155.125/MG. REVISÃO. VERBA HONORÁRIA. SÚMULA 7/STJ. 1. A Primeira Seção do STJ, quando do julgamento do Resp 1.155.125/MG (em 10.3.2010, DJe 6.4.2010), relatoria do Min. Castro Meira, submetido ao regime dos recursos repetitivos, reafirmou a orientação no sentido de que, "vencida a Fazenda Pública, a fixação dos honorários não está adstrita aos limites percentuais de 10% e 20%, podendo ser adotado como base de cálculo o valor dado à causa ou à condenação, nos termos do art. 20, § 4º, do CPC, ou mesmo um valor fixo, segundo o critério de equidade". 2. A fixação da verba honorária de sucumbência cabe às instâncias ordinárias, pois resulta da apreciação equitativa e da avaliação subjetiva do julgador em face das circunstâncias fáticas presentes nos autos, razão pela qual insuscetível de revisão em sede de recurso especial, a teor da Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça. Agravo regimental improvido (AgRg no AREsp 30346/RS, T2, rel. Min. Humberto Martins, DJ de 27/10/2011).

Diante de todo exposto, nego provimento ao presente recurso de agravo, não considerando vulnerados os dispostos explícitos.

É como voto.

Recife, 21 de 03 de 2013

Des. Ricardo Paes Barreto
Relator